

# Editorial

A edição que ora se apresenta da *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* tem como grande tema o da “Cultura, Natureza e Sustentabilidade”. De certo modo, consoante com o escopo da Revista, todos os artigos abordam a intersecção cultura e natureza, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista simbólico, propondo direta ou indiretamente que esta relação seja fundada na ética da sustentabilidade em novo paradigma civilizatório.

Assim, o uruguaio Eduardo Gudynas, ecólogo social, no artigo denominado “Cidadania Ambiental e metacidadanias ecológicas: revisão e alternativas na América Latina”, coloca em realce as relações entre cidadania e ambiente na América Latina, numa crítica à concepção de cidadania mínima e à mercantilização da gestão ambiental. Para ele, atualmente, a idéia de uma cidadania ambiental convencional enfrenta muitas resistências: sua cobertura territorial é incompleta e há dificuldades em aceitar a multiculturalidade. O autor propõe o conceito de metacidadania ecológica para aquelas posturas a partir das quais se elabora outra concepção de cidadania e cuja abordagem ambiental é mais profunda. A dimensão humanizadora é rediscutida pela perspectiva da ética por Mario Sérgio Alencastro, engenheiro civil e filósofo, no artigo seguinte, intitulado “Hans Jonas e a proposta de uma ética para a civilização tecnológica”. Nele o autor assinala que as sociedades modernas, ou a chamada civilização técnico-científica, estão diante de um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que a tecnologia se faz cada vez mais presente na vida das pessoas, as suas consequências, muitas vezes imprevisíveis e perigosas para o ser humano e o meio ambiente, impõem a formulação de uma ética de responsabilidade, tomando como referência a teoria ética proposta por Hans Jonas.

O artigo intitulado “Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas”, do sociólogo Rodrigo Nuñez Viégas, discute a questão ambiental na perspectiva do conflito social. Aqui, lutas sociais envolvendo questões ambientais são consideradas como momentos da constituição de um “campo ambiental” onde se encontram

em jogo as condições de apropriação material e simbólica de bases de recursos territorializados. A noção de “campo ambiental” como um campo de forças pretende exprimir a dinâmica relacional do mundo social, onde indivíduos ou grupos sociais ocupam diferentes posições, travando embates que põem em questão a distribuição de poder tanto material como simbólico.

As antropólogas argentinas Claudia Andrea Gotta e Maria Victoria Taruseli, em seu artigo “Povos e desenvolvimento: outros saberes e outros modelos para alcançar a sustentabilidade”, realizam uma reflexão sobre a noção de desenvolvimento, partindo da diversidade cultural latino-americana e resgatando uma multiplicidade de critérios, os quais transcendem o limitado olhar das análises econômicas. Nessa direção, focalizam os saberes dos povos nativos da América, cujas cosmovisões e formas culturais de vida permitem pensar em modelos alternativos baseados em critérios de sustentabilidade e equidade ecológica.

Em “A idéia da natureza como patrimônio – um percurso histórico”, a historiadora Cynthia Roncaglio estabelece conexões históricas entre algumas representações sociais da natureza que se esboçam no e sobre o Brasil e que permitem vislumbrar como, ao longo do tempo, constrói-se a idéia da natureza como um bem patrimonial. Para tanto, discute as diversas descobertas do Brasil como nação e as tentativas, contrárias e contraditórias, do poder público e dos seus representantes de proteger a natureza e dar a ela um *status* de patrimônio.

Melissa Viváqua, Claudia Regina dos Santos e Paulo Freire Vieira, sociólogos políticos, oferecem em seu artigo “Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense”, subsídios para o debate acadêmico sobre a viabilidade de estratégias alternativas de desenvolvimento em zonas costeiras protegidas dentro do atual cenário de globalização assimétrica; colocam, em primeiro plano, a perspectiva de aplicação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável ao processo em curso de criação de um sistema de gestão integrada e participativa do litoral catarinense. Argumenta-se sobre a necessidade de investimentos

mais substanciais em pesquisas de corte ecológico-político sobre mediação de conflitos socioambientais e promoção de sistemas de governança territorial em tais áreas. Também com a perspectiva territorial, o autor Carlos Eduardo Mazzetto Silva, engenheiro agrônomo e geógrafo, em seu artigo “Ordenamento territorial no Cerrado Brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade”, apresenta uma grande região biogeográfica de extrema riqueza sociocultural e ecológica. Para ele, essa riqueza vem sendo ignorada pelo avanço da fronteira agrícola, subordinada, atualmente, ao agronegócio global das *commodities*. Entretanto, segundo Silva, existe uma história de convivência de inúmeras comunidades tradicionais com os ecossistemas do Cerrado e de luta pela sobrevivência de seus modos de vida, como, por exemplo, nas inúmeras demandas por criação de Reservas Extrativistas (Resex). Tal artigo destaca a perspectiva da criação dessa Unidade de Conservação (UC) como um mecanismo importante de reordenamento territorial no Cerrado brasileiro.

Os autores Alexandre Maduro-Abreu, Daniel Trento Nascimento, Luciana Oliveira Rosa e Helena Araujo Costa, em “Os limites da Pegada Ecológica” colocam em relevo aspectos críticos da chamada metodologia da pegada ecológica como indicadores de desenvolvimento sustentável, efetuando uma revisão teórica sobre o tema na aplicação de modelos lineares simples de regressão a fim de identificar, individualmente, o grau de associação e explicação das variáveis independentes (renda, eficiência, uso de recursos e densidade populacional) em relação à variável dependente *pegada ecológica*.

Em “Inovação curricular e tecnologia de ensino e aprendizagem para inclusão social: a experiência do Programa de Honra em Estudos Ambientais e Desenvolvimento Humano Sustentável da Universidade Austral do Chile”, Carlos Alberto Cioce Sampaio, mestre em

administração pública e engenheiro de produção – em artigo conjunto com os professores Juan Carlos Skewes, da Universidad Austral de Chile, e Frederick Conway, da San Diego State University –, analisa um Programa de Honra (PH) desenvolvido no Chile – um dos poucos, já que não são comuns no país. Relata uma experiência proveitosa que foi pensada em termos da realidade educacional regional universitária e sob o prisma da transdisciplinaridade como prova de uma estratégia que une a qualidade, a inovação e a equidade na docência pela interconexão ensino/aprendizagem e pesquisa numa comunidade indígena. O artigo analisa, assim, a contribuição do PH à formação de graduação e ao atendimento das demandas socioambientais de comunidades com desvantagens históricas, além de indicar elementos importantes de reflexão sobre as condições que propiciam o melhoramento do ensino superior em contextos como o chileno e o brasileiro.

Por fim, o autor Rogério Morcelles Dereti, médico-veterinário, no artigo “Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa”, aborda a renovação de alguns dos pressupostos que orientam o processo de inovação na agricultura brasileira, inclusive a definição do escopo das expressões *transferência de tecnologia e validação tecnológica*, com o objetivo de contribuir para a construção de referenciais teóricos que propiciem a ampla inclusão de diferentes atores no processo de geração e acesso às tecnologias agrícolas, em alternativa aos modelos com predominância do viés tecnocrático e econômico clássico, na perspectiva da autonomia tecnológica de quem produz e do desenvolvimento sustentável.

Esperamos que essa leitura seja útil e prazerosa para todos que se interessam pelo grande tema do desenvolvimento e meio ambiente.

Os Editores